



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150514 - GO (2021/0223559-9)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : M O M  
**ADVOGADO** : RODRIGO MARTINS MASTRELLA - GO045616  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M. O. M. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5243118-96.2021.8.09.0000).

O recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável contra seu neto.

Sustenta a ausência de justa causa para o processamento da ação penal, destacando a inépcia da denúncia, que teria sido recebida por decisão sem fundamentação idônea e, ainda, a ausência de prova de abuso da criança pelo paciente, sobretudo por vícios na tomada do depoimento especial da vítima.

Requer, liminarmente, o sobrestamento da ação penal até o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja determinado "o arquivamento definitivo dos Autos de piso - ainda a suspensão referente à realização de audiência de instrução e julgamento e, os consequentes e ulteriores atos procedimentais, visto a manifesta ausência de justa causa relacionada a pretensão deduzida em juízo" (fl. 42).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente